

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO Nº 036/2023**ASSUNTO:** ADITIVO AO CONTRATO Nº 493/2022 - SEMED**REQUERENTE:** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**PROCESSO ADM Nº:** 1488/2023 - SEMED**PROCEDIMENTO:** PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0034/2022**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS (IMPRESSÕES E CÓPIAS MONOCROMÁTICAS E POLICROMÁTICAS) PARA ATENDER A PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS**CONTRATADA:** R M L SANTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 1.245/2018, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

DOS FATOS

Chegou a esta Controladoria para manifestação, solicitação com justificativa para o **ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 493/2022 - SEMED**, oriundo do Procedimento **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2022**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme objeto descrito acima.

OBJETO

Primeiro Aditamento correspondente ao **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 493/2022-SEMED**, cujo objetivo é o acréscimo no quantitativo em **25% (vinte e cinco por cento)**, importando em **R\$ 210.700,00 (duzentos e dez mil e setecentos reais)** ao valor do contrato, ou seja, **R\$ 842.800,00 (oitocentos e quarenta e dois mil e oitocentos reais)**, totalizando em **R\$ 1.053.500,00 (um milhão, cinquenta e três mil e quinhentos reais)**, procedimento amparado no art. 65, II, alínea d da Lei 8.666/93, considerando a justificativa constante nos autos.

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

I. Consta nos autos:

- a) Solicitação para **aditivo de acréscimo de quantitativo e justificativa** e quadro demonstrativo;
- b) Cópia do **Contrato**;
- c) **Autuação** do processo;
- d) Solicitação à empresa para manifestação de aceite do aditivo;
- e) Resposta da empresa com manifestação de **aceite** à solicitação, acostando certidões pertinentes;
- f) **Autorização** do ordenador da despesa;
- g) Informação da **dotação Orçamentária**, assim como a **Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira**;
- h) **Autuação** do processo na CPL;
- i) **Minuta do Termo e parecer jurídico** emitido acerca da legalidade do Aditivo, conforme previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**CONCLUSÃO**

Sob o ponto de vista técnico, a justificativa apresentada, não deixa dúvidas sobre a necessidade do procedimento. Portanto não há objeção desta Controladoria para que o Aditivo de acréscimo seja realizado, haja vista foram cumpridas as determinações vigentes.

Ademais, o processo segue revestido das formalidades legais, podendo dar continuidade nos atos sequenciais, vez que, a situação concreta está devidamente documentada e fundamentada conforme a Lei e artigos acima citados. Ressalto que o Aditivo e o fluxo das despesas deverão ser executados fielmente pelas partes tanto do Ordenador de Despesa como do Fiscal do Contrato respondendo cada, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial conforme fundamentado nos art. 66 e 67 da Lei 8.666/93.

Declara, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Benevides/PA, 11 de agosto de 2023.

MARIA DE NAZARÉ SILVA MENEZES

Controladora Geral

Dec. Mun. nº 017/2021 - Mat. 0113593